

Região já enterrou 2.894 pessoas sem identificação

SEM NOME, NEM ENDEREÇO

Região já enterrou 2.894 pessoas sem identificação

Maioria dos casos é em São Bernardo; saiba mecanismos para reconhecimento

BEATRIZ MIRELLE
beatrizmirelle@globo.com.br

O Grande ABC possui 2.894 mortos não identificados. Deste número, 986 casos se concentram em São Bernardo, o que corresponde a 34,1% do total. Logo depois, estão Santo André (678 registros), Diadema (482), Mauá (354), Ribeirão Pires (188), São Caetano (152) e Rio Grande da Serra (54). A morte desconhecida mais antiga registrada na região é de 1943, em Santo André.

Os dados são do Portal de Transparência do Registro Civil. A plataforma foi criada em 2015 com o objetivo de ajudar familiares a localizar pessoas desaparecidas.

Nas descrições com recorte de gênero, homens compõem 2.499 dos casos, ou seja, 86,3% das mortes não reconhecidas. Deles, são 1.095 brancos (43,8%) e 1.080 negros (soma de pretos e pardos indicam 43,2%), 318 homens têm a cor ignorada nos registros, quatro são amarelos e dois indígenas.

Já as mulheres totalizam 294 ocorrências, sendo a maioria branca (148). Seguidas por 109 mortes de negras, 36 mulheres com a cor ignorada e uma amarela.

No site, é possível filtrar informações como Estado, cidade, idade aproximada, cor de pele e gênero do indivíduo. Algumas descrições contêm observações como tatuagens ou cicatrizes que a pessoa tinha, roupas, se o



Agência Fratini

corpo estava carbonizado, onde foi realizado o enterro, entre outras informações. Há também detalhes se era recém-nascido, com até duas horas de vida, ou natimorto.

Apesar da dificuldade de filtrar os perfis, o advogado Cesar Beck, mestre em direitos humanos, relata quais grupos tendem a ser mais vulneráveis e possuem maior probabilidade de fazer parte da estatística de desconhecidos. "Pessoas em situação de rua muitas vezes morrem sozinhas, sem identificação e assistência médica adequada. Outros grupos comuns são de pessoas marginalizadas ou desaparecidas, ainda mais se morre-

ram em circunstâncias que as impediram de ser identificadas ou se o corpo nunca foi encontrado", disse.

"Indivíduos que morrem em decorrência de violência, como homicídios ou acidentes de trânsito, podem ter dificuldades em serem reconhecidos caso estejam com os corpos mutilados e/ou carbonizados", ressalta Beck. Segundo o advogado, as buscas são essenciais para dar paz às famílias das vítimas.

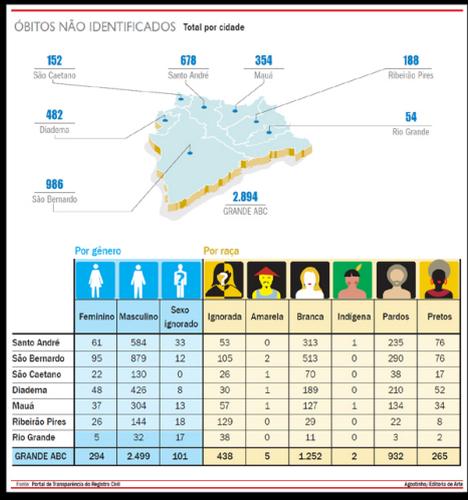
A Polícia Civil orienta que o primeiro passo é registrar B.O. (Boletim de Ocorrência) com todas as circunstâncias do desaparecimento, descrição das características físicas e demais informações sobre roupas utilizadas, hábi-

tos, estado psicológico, uso de bebida alcoólica, drogas ou remédios controlados, além de eventual diagnóstico de transtornos mentais ou de deficiências físicas, intelectuais etc. "Se possível, contextualize a situação emocional (conflitos familiares, financeiros, ameaças etc) e forneça todas as formas de contato possível com a pessoa desaparecida (telefone, veículos e cartões)", detalha a SSP (Secretaria da Segurança Pública de São Paulo).

É possível preencher um formulário com foto do desaparecido para ajudar nas buscas no site da SSP. Caso a pessoa seja encontrada, é necessário realizar um boletim de encontro em qualquer delegacia.

Quando é comprovada morte de uma pessoa, o registro de óbito é obrigatório, com prazo de até 15 dias. Durante o processo, exige-se atestado de morte emitido pela autoridade hospitalar e documentos pessoais do morto. Existe também a classificação "morte presumida", quando a pessoa não é encontrado ou não há testemunha da morte.

Esses casos são feitos quando as buscas e averiguações policiais são encerradas e as chances do indivíduo estar morto são altas. De acordo com o portal Oficial do Registro Civil, geralmente os registros acontecem em desastres naturais, acidentes e outras tragédias.



Polícia detalha tentativas para identificar casos e notificar famílias

O número de óbitos desconhecidos na cidade de São Paulo contabiliza 34.098 casos. Os encaminhados da investigação são os agentes da Polícia Civil, que, segundo a SSP (Secretaria da Segurança Pública de São Paulo), fazem os procedimentos para tentar reconhecer o indivíduo e possíveis causas da morte pelo setor de homicídios das delegacias especializadas de cada região ou cidade.

Para ajudar, a Delegacia de Investigações sobre Pessoas Desaparecidas também realiza trabalho voltado para essas identificações. Nesse caso, eles ligam informações do banco de dados do IML (Instituto Médico Legal) sobre cadáveres desconhecidos com as constantes quebras do Programa de Desaparecidos. "Todos os mortos têm suas digitais coletadas e analisadas pelo IIRGD (Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt). Com o encerramento

do caso, o PID (Procedimento de Investigação de Desaparecimento) continua em andamento mesmo após o arquivamento do inquérito policial. O registro no sistema só é encerrado quando há o encontro da pessoa ou do cadáver", informa a SSP.

O IML possui um setor encarregado de entrar em contato com os familiares quando identifica os cadáveres, mas os parentes também podem entrar em contato com a instituição para eventual reconhecimento. No local, é feito o laudo e expedido a declaração de óbito.

Depois, o corpo é guardado na geladeira por 14 dias, como período para possível laporecimento de algum familiar. "Em caso negativo, o corpo é devidamente sepultado e registrado no sistema do Serviço Funerário, o que permite futuras localizações por parte dos parentes", informou a Prefeitura de Diadema.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 4